

Os desafios das políticas de embargo em Repositórios Institucionais: um estudo das coleções de teses e dissertações em institutos de pesquisa e universidades brasileiras

The challenges of embargo policies in Institutional Repositories: a study of collections of theses and dissertations in Brazilian research institutes and universities

Los desafíos de las políticas de embargo en Repositorios Institucionales: un estudio de las colecciones de tesis y disertaciones en institutos de investigación y universidades brasileñas

Priscila do Nascimento Silva | priscila.nascimento@bio.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Biomanguinhos). Rio de Janeiro, Brasil.

Simone da Rocha Weitzel | sweitzel@unirio.br

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as Políticas de Acesso de Repositórios Institucionais (RIs) de universidades e institutos de pesquisa brasileiros que se encontram nas primeiras posições do *Ranking Brazil Web of Repositories* através de pesquisa metodológica a partir dos endereços digitais dos repositórios selecionados, produzindo uma análise qualitativa e quantitativa dos dados por meios de gráficos e quadros, destacando a divergência dos resultados. Pretende explicitar as práticas de embargo da produção de teses e dissertações previstas nas políticas desses RIs e avalia a condição das Políticas desses repositórios. Estabelece, baseado nos resultados e na literatura, que há a necessidade da criação de diretrizes a nível nacional para a elaboração e padronização de políticas de repositórios para maior organização e garantia do Acesso Aberto.

Palavras-chave: Repositórios Institucionais; Acesso Aberto; Políticas de Acesso; Embargo; Produção Científica e Tecnológica.

Abstract

This present work aims to analyze the Access Policies of institutional repositories (RIs) of Brazilian universities and research institutes in the first positions of the Brazil Web of Repositories Ranking through methodological research from the digital addresses of the selected repositories, producing a qualitative and quantitative analysis of data by means of graphs and tables, highlighting the divergence of the results. It aims to clarify the practices of the production embargo of theses and dissertations foreseen in the policies of these RIs and evaluates the condition of the policies of these repositories. It establishes, based on the results and in the literature, that there is a need for the creation of guidelines at national level for the elaboration and standardisation of repositories for the greater organisation and guarantee of Open Access.

Keywords: Institutional Repositories; Open Access; Access Policies; Embargo; Science and Technology Production.

Resumen

El presente trabajo tiene por objetivo analizar las Políticas de Acceso de Repositorios Institucionales (RIs) de universidades e institutos de investigación brasileños que se encuentran en las primeras posiciones del Ranking Brazil Web of Repositories a través de investigación metodológica a partir de las direcciones digitales de los repositorios seleccionados, produciendo un análisis cualitativo y cuantitativo de los datos por medios de gráficos y cuadros, destacando la divergencia de los resultados. Se pretende explicitar las prácticas de embargo de la producción de tesis y disertaciones previstas en las políticas de esos RI y evalúa la condición de las Políticas de esos repositorios. Establece, basado en los resultados y en la literatura, que hay la necesidad de la creación de directrices a nivel nacional para la elaboración y estandarización de políticas de repositorios para mayor organización y garantía del Acceso Abierto.

Palabras clave: Repositorios Institucionales; Acceso abierto; Políticas de acceso; Embargo; Producción Científica y Tecnológica.

Introdução

O primeiro “repositório” que se tem notícia, atualmente conhecido como Arxiv.org, surgiu em meados dos anos 1991 no Los Alamos National Laboratory contribuindo significativamente para a construção do conceito de acesso aberto que chegaria 25 anos depois.

A Iniciativa do Acesso Aberto de Budapeste – BOAI – *Budapest Open Access Initiative* – desencadeou o Movimento do Acesso Aberto introduzindo os Repositórios como instrumentos para organização e acesso à produção científica e, principalmente, como estratégia para promover o acesso aberto àquela produção que está publicada em periódicos que exigem assinatura ou algum tipo de pagamento para obtenção do acesso. Esta é a estratégia denominada de Acesso Aberto Verde e está baseada no princípio do Acesso Aberto, isto é, que o conteúdo científico e tecnológico presente nos resultados de pesquisas, especialmente aquelas pesquisas financiadas com recursos públicos, devem estar livres para acesso por qualquer lugar do mundo sem nenhum tipo de custo. Trata-se de uma estratégia para garantir a difusão da ciência e da tecnologia e para proporcionar os avanços e benefícios necessários para a Humanidade.

Em decorrência da Iniciativa, o número de repositórios cresceu vertiginosamente ao longo dos anos. Estima-se que, de acordo com o *Ranking Web of Repositories*, no ano de 2016, haja, aproximadamente, 2.275 repositórios no mundo, divididos entre temáticos e institucionais.

De modo efetivo, esses repositórios deveriam dar acesso livre ao conteúdo técnico e científico produzido, garantindo assim a difusão da ciência e da tecnologia que está sendo desenvolvida. No entanto, apesar dos repositórios serem instrumentos de disseminação e acesso, uma parte da produção científica ainda apresenta restrições de acesso no próprio repositório.

A prática comumente adotada em Instituições de Pesquisa e Universidade que desenvolve projetos de pesquisa, a fim de resguardar seus projetos ou mesmo a fim de evitar problemas legais quanto a contratos de transferência de tecnologia, parcerias e desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, essas instituições vêm adotando o embargo como uma política para restringir o acesso à produção científica decorrente desses projetos. Esse embargo teria um período determinado em que o documento ficaria indisponível podendo variar de seis meses a um período mais longo determinado ou indeterminado.

Muitas vezes nem mesmo os metadados desses trabalhos são registrados nos RIs, o que faz com que sejam praticamente inexistentes na internet. Na maioria dos casos o embargo é solicitado pelo próprio autor quando há a possibilidade de publicação em periódicos ou outros veículos controlados por editoras comerciais, visto que o oligopólio dos editores comerciais não deseja que artigos recém-publicados sejam depositados em um repositório de forma simultânea.

A inexistência de uma Política que regule questões como o embargo, impede que a comunicação científica se desenvolva com maior eficácia. A criação de uma política regulamentadora serviria também para resguardar as instituições no futuro. Assim, um estudo das políticas de embargo é importante para que possamos identificar as práticas adotadas nos RIs brasileiros, assim como as práticas de embargo.

O presente trabalho tem por objetivo identificar, a partir da análise de políticas dos RIs, os principais aspectos que levam os Repositórios de Institutos de Pesquisa e Universidades do Brasil a embargarem parte de sua produção científica. A partir da análise das suas políticas, identificar as práticas de embargo adotadas por essas instituições e universidades.

Antecedentes – Acesso Aberto e Restrições

O acesso aberto é um “modelo de difusão novo e radical”¹ que surgiu como solução, gradativa, para romper com o monopólio das grandes editoras que restringiam o acesso ao conteúdo científico produzido, disponibilizados mediante pagamento ou assinatura. Com o princípio do Acesso Aberto esse cenário começou a sofrer uma mudança, visto que o “Acesso Aberto (AA) à literatura é digital, on-line, de forma gratuita e livre”¹. A alternativa encontrada para organização e acesso a esse material foi a criação de repositórios. Essa iniciativa surgiu por conta das dificuldades encontradas com a restrição de acesso à informação científica e, no início, era composto basicamente de pré-prints de trabalhos dos autores e outros documentos. Foi assim que “surgiram [os repositórios] como alternativas ao tradicional sistema de comunicação científica”². O êxito dessa ideia incentivou a criação de vários repositórios ao redor do mundo, divididos, principalmente, em temáticos e institucionais.

A importância das políticas

As políticas de repositórios norteiam a implantação e funcionalidade dos mesmos. Todas as decisões tomadas durante o processo de desenvolvimento, planejamento e implementação de um RI, bem como sua operacionalização, compõem o que se convencionou denominar de Política. Essas decisões só podem acontecer depois de uma análise e estudo extenso da instituição em que o RI está inserido, de maneira que se possa formular a política que será adotada.

As políticas institucionais de funcionamento devem estar de acordo com as decisões tomadas ao longo da implantação do RI³ e devem considerar a sua importância para a execução e as diretrizes do mesmo, assim todos os aspectos pertinentes devem estar contemplados na política institucional⁴.

Certamente que a Política de Acesso Aberto considera aspectos macros da comunicação e produção científica em nível nacional e mundial afetando o que poderá estar acessível ou não para o usuário. Por outro lado, questões relativas às políticas mandatórias e, em especial, as de acesso, que contemplam os

embargos e são muito específicas, têm estado em debate, uma vez que afeta as práticas em relação ao acesso à produção científica.

Em nível mais específico, como afirma Leite⁵ “políticas relacionadas com as políticas da instituição, como por exemplo, autenticação e identificação de usuários, políticas de privacidade, políticas sobre o acesso e disponibilidade de teses e dissertações, entre outras” devem ser contempladas pelos RIs para seu completo funcionamento.

É importante que as políticas estejam explicitadas e disponíveis para os usuários no próprio repositório⁵. São elas que irão garantir a funcionalidade do RI e direcionar as metas propostas. Dessa forma as políticas contribuem com uma gestão mais eficaz e ainda garantem o sucesso almejado por essas iniciativas⁴.

Para a nossa pesquisa foram analisados, dentro das Políticas dos RIs, os dados que dizem respeito as Políticas de Acesso. Analisamos a prática de embargo para documentos como Teses e Dissertações (T&D's) que, muitas das vezes, são trabalhados para possível publicação em editoras comerciais.

Procedimentos metodológicos

Com o intuito de entender como funciona o embargo de Teses e Dissertações (T&D's) em Repositórios Institucionais (RIs) de Institutos de Pesquisa e Universidades brasileiros, analisamos as Políticas de Acesso de alguns repositórios a fim de compreender como se dão as práticas a respeito da restrição de acesso aos documentos depositados em suas bases.

Essa pesquisa se deu a princípio com a análise das Políticas de Acesso de RIs de Institutos de Pesquisa e Universidades selecionados do *Ranking Brazil Web of Repositories* e, através das políticas que estavam disponíveis em seus domínios, foram coletados dados específicos sobre as práticas de embargo. Por fim, com base nos dados obtidos, foi realizada uma análise desses resultados para tentar identificar e descrever as práticas previstas nas Políticas de Acesso.

Para fazer a seleção dos RIs que se enquadravam na pesquisa, foram vistos os 50 primeiros repositórios do *Ranking Brazil Web of Repositories*. De acordo com a delimitação da pesquisa somente os RIs de institutos de pesquisa e universidades brasileiras que possuíam coleções de T&Ds foram objeto de estudo devido ao caráter original de pesquisas científicas e, muitas vezes, com conteúdo sigiloso. Foram excluídos todos os repositórios que eram biblioteca digitais, repositórios temáticos ou que não pertenciam a institutos de pesquisa e universidades. Após a retirada dos repositórios que não se enquadravam no aspecto da pesquisa, foram analisados os repositórios que continham sua política disponível para acesso em seu domínio. Os que não possuíam as políticas acessíveis em seus RIs foram sumariamente descartados. Segue o quadro com os repositórios selecionados:

Quadro 2 - Repositórios selecionados

Ranking Brasil	Ranking world	Repositórios selecionados
11	564	Arca - Fundação Oswaldo Cruz
9	515	RIUFC - Universidade Federal do Ceará
21	795	RCIpea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
12	601	RIUFRG - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
16	706	RIUFPA - Universidade Federal do Pará
18	725	RIUFLA - Universidade Federal de Lavras
19	739	Repositório Institucional da PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
27	1111	RIUT - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Fonte: As autoras (2015)

A avaliação dos oito RIs selecionados deu-se através do acesso online e a avaliação das suas Políticas Institucionais disponíveis nos sites. Dentro das Políticas dos RIs que se encontravam livre para download, acessamos as Políticas de Acesso e retiramos todas as informações que se referiam à coleção de T&D's das unidades de pesquisa e das universidades selecionadas.

Resultados e discussão

Ao analisarmos as Políticas dos RIs para a retirada das informações pretendidas, foi observado que a maioria dos repositórios selecionados adotaram portarias ou resoluções, sendo esses os referentes às universidades, que são publicadas pelas respectivas reitorias. Podemos ver ainda que a redação desses regulamentos e portarias em algumas universidades ora eram muito genéricas ora eram mais elaboradas e detalhadas, não estabelecendo um padrão para esses documentos. Diferentemente, os Institutos de Pesquisa possuem uma Política elaborada e que visam diversos aspectos dos documentos que podem ser depositados no repositório. Em alguns casos, as Políticas dos RIs têm alinhado as suas diretrizes de acordo com a missão e o objetivo das bibliotecas dos institutos e das universidades a que pertencem.

Assim, a partir das informações obtidas sobre T&D's, retiradas das Políticas de Acesso contempladas, podemos observar que algumas universidades assumem a desobrigação do depósito de arquivos que estejam dentro dos critérios de embargos previsto em sua Política de Acesso. Esses casos acontecem principalmente quando os trabalhos contêm conteúdo que não interfiram ou integrem em resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou em processo de.

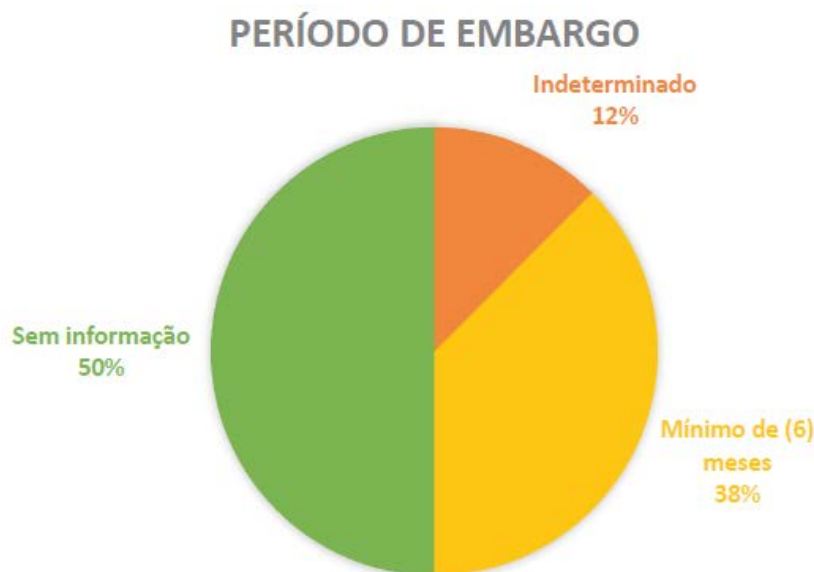
Esse padrão pode ser observado também em alguns Institutos de Pesquisa, mas nem todos os aspectos das suas condições estão previstas na Política de Acesso. Alguns casos estão passíveis de embargo segundo a avaliação do Núcleo de Inovação Tecnológica das unidades a que pertencem, também sobre o critério de estarem em viabilidade de patenteamento, sigilo industrial e, se artigo, publicado em periódicos com restrição de acesso.

Essencialmente, como vimos na análise dos trechos que contemplam o embargo de T&D's, todos os RIs que selecionamos possuem políticas semelhantes, em especial aqueles pertencentes a universidades. Ainda podemos observar uma Política de Acesso baseada no modelo do *Creative Commons*, que, através de sua licença, permite a cópia e o compartilhamento com menos restrições.

Os RIs que foram selecionados apresentam períodos de embargo diferentes e não há um padrão nesses períodos. Encontramos três tipos de período de embargo nas Políticas de Acesso, são eles: 6 (seis) meses, indeterminado – que compreende mais de 6 (seis), e sem informação – já que a Política analisada não contemplava esse dado.

A seguir temos o gráfico referente ao período de embargo nos repositórios analisados.

Gráfico 1 – *Período de embargo*



Fonte: As autoras (2015)

Como vemos no gráfico acima apenas 12% dos RIs analisados não determinam um período de embargo para as obras com sigilo em suas Políticas de Acesso. Este fato se dá quando não se consegue prever por quanto tempo o documento deve permanecer em acesso restrito – existindo apenas uma estimativa que pode ou não ser realista. Casos especiais também necessitam de períodos diferenciados de tempo, desta forma prefere-se manter o trabalho embargado por tempo indeterminado. Uma parte (38%) dos RIs mantém o princípio de seis meses, esse período geralmente é atribuído a obras com pendências ou mesmo com possibilidade de publicação em editoras comerciais. De acordo com o gráfico, podemos ver que 50% dos repositórios analisados não possuem qualquer indicação de período de embargo em suas Políticas de Acesso, nesses casos a política apenas cita o que deve ficar registrado em sua base ou desobriga o depósito da obra, negando o acesso até mesmo aos metadados desse material.

Conclusão

Nenhum dos RIs analisados possuem uma Política estruturada e finalizada no que concerne a aspectos básicos de acesso e restrição de conteúdo. Foi verificado dentro das políticas os critérios adotados nos casos do embargo de T&Ds e concluímos que não existe um padrão ou concordância quanto aos tipos de documentos ou conteúdo de trabalhos que devem ser de acesso restrito e o período de tempo que o mesmo deve ficar embargado.

Seria interessante que diretrizes nacionais estabelecendo critérios para a elaboração de políticas fossem estabelecidas. Assim tais divergências em relação ao conteúdo de políticas não aconteceriam e novos RIs poderiam ter um padrão para seguir ao escrever e definir suas políticas. A padronização dos critérios para acesso se faz necessária dada a relevância do conteúdo apresentado em alguns trabalhos, como projetos com possibilidade de patente, obras contendo sigilo industrial ou processos secretos de produção. Essas diretrizes não apenas serviriam para resguardar as instituições que possuem repositórios, mas também os autores desses trabalhos acadêmicos com conteúdo sensível.

Tais diretrizes poderiam contemplar ainda que tipo de material deve estar sobre o direito de embargo e também o período que é necessário para que a circulação de informações prevista nos critérios no movimento de Acesso Aberto esteja disponível para todos.

Referências

1. Björk BC, Laakson M, Welling P, Paetau P. Anatomy of green open access. JASIST 2014 Feb;65(2):237-250.
2. Kuramoto H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. Ci Inf [periódico na Internet]. 2006 Maio/Ago[acesso em 21 nov 2015];35(2):91-102. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>.
3. Leite F, Amaro B, Batista T, Costa M. Repositórios institucionais: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica [monografia na internet]. Brasília: IBICT; 2012[acesso em 8 jan 2016]. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>.
4. Silva FV. Subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória em repositórios institucionais brasileiros: estudo de casos a partir dos elementos de desenvolvimento de coleções. Rio de Janeiro. Dissertação [Mestrado em Biblioteconomia] – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
5. Leite FCL. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto [monografia na internet]. Brasília: Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia; 2009 [acesso em 15 nov 2015]. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4841/1/LIVRO_ComoAmpliarGerenciar.pdf.